

Ensino Profissional: dignificar em vez de destruir

• **Joaquim Azevedo**

| Professor da Universidade Católica Portuguesa |

O ensino profissional atravessa um momento especialmente crítico, após mais de vinte anos de desenvolvimento e de afirmação como um percurso digno e credível de escolarização e formação inicial dos jovens portugueses de hoje. Fazamos uma necessária retrospectiva; o passado é prólogo, como dizem os historiadores.

Este tipo de ensino nasceu em Portugal, nas escolas profissionais, criadas no ano de 1989, por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e de muitas pessoas e instituições que há muito reclamavam este tipo de ensino. A inovação educacional teve origem tanto na publicação de um normativo, no Diário da República, como na mobilização simultânea de atores sociais da sociedade portuguesa, públicos e privados. O normativo apenas definiu o modelo do novo tipo de escola, enquanto a mobilização social, dinamizada por um novo serviço central do Ministério da Educação, também criado em 1988¹, procurava suscitar a adesão da sociedade.

Vários foram os elementos de inovação social que esta iniciativa

política encerrou. Vejamos muito sinteticamente alguns deles, de carácter mais institucional: (i) quebrou-se a perspetiva do monopólio estatal na oferta pública e institucional de ensino e investiu-se numa nova via de parceria entre Estado e sociedade civil, capaz de mobilizar a cooperação de muitos atores sociais locais para a educação das populações, sob o modelo de contratos-programa; (ii) instituiu-se um modelo de gestão autónoma e privada destas instituições, sob o signo da confiança e sem prejuízo da natureza pública da sua atividade, natureza esta inequivocamente inscrita na matriz normativa que criou as escolas profissionais; (iii) muitas instituições e inúmeras competências de empreendimento e de cooperação ainda “dormentes” foram despertadas na sociedade portuguesa, em liberdade, constituindo âncoras locais para o fomento do ensino profissional e do desenvolvimento sociocomunitário; (iv) criou-se uma nova oportunidade educativa que foi amplamente procurada ao longo de muitos anos por uma população jovem que se encontra motivada para a realização de um percurso de formação inicial mais curto (podendo incluir ou não o acesso ao ensino superior), mais prático

e articulado com os seus contextos de vida e capaz de promover a sua participação cidadã e a sua integração social e profissional. Efetivamente, a adesão da sociedade portuguesa, inesperadamente convocada para a participação numa nova oferta pública de ensino de nível secundário, foi entusiasta, forte e persistente.

A participação real de redes de atores locais

Como afirmou Roberto Carneiro, “a natureza local e descentralizada do desafio libertou entusiasmo e vitalidade participativa nos mais diversos interstícios da sociedade civil, cultural e económica”. Desde o início que se procurou incentivar a participação de atores sociais em redes locais de contactos, de solidariedades e cumplicidades, de investimentos e sonhos de desenvolvimento e de um futuro melhor. Estas redes surgiram e os promotores das escolas profissionais acabaram por ser, ao longo de mais de vinte anos, o principal esteio da sua sobrevivência, lutando, por vezes em circunstâncias adversas, pela manutenção destas novas instituições dinamizadoras do desenvolvimento social. Se há heróis em todo este processo, eles são

os promotores das escolas profissionais.

Os cursos profissionais contribuem para a motivação e para a realização pessoal de muitos milhares de jovens portugueses. Essa é a sua mais importante razão de ser. Claro que os cursos profissionais também qualificam os jovens numa dada área do saber técnico e profissional, ao mesmo tempo que estes se desenvolvem globalmente como pessoas. Assim sendo, os cursos devem conter alguma articulação com os mercados de trabalho (cada vez mais elásticos, globais e qualificados).

No entanto, com a mobilidade que se está a gerar no mundo e no trabalho, as escolas profissionais cedo se deram conta de que qualificam para a vida e para o mundo e não apenas para o mercado local de trabalho. E o que vai ser e onde vai decorrer a vida laboral, os próximos cinquenta anos de exercício profissional, destes jovens? Não se sabe. Por isso, a qualificação não deve estar cegamente dependente apenas de solicitações locais, mas da leitura das tendências de evolução sociocultural das sociedades e dos mercados de trabalho, em geral. Temos de estudar, ler sinais, apontar e cruzar tendências e modos de ver, estar atentos a economistas e sociólogos, mas também a filósofos e escritores...

A inovação curricular: ciclos de estudo e sistema modular

O ensino profissional nunca foi nem é “ensino para os pobres” e para quem não pode ir para o liceu ou para quem tem de ser “seleccionado” aos treze anos de idade, porque já reprovou duas vezes; são escolas que oferecem oportunidades mais completas de desenvolvimento humano,

contando nos seus planos de estudo, além da formação técnica específica, com uma formação sociocultural e científica, devidamente adequadas; é um ensino onde os alunos são pessoalmente apoiados e onde a progressão de estudos se faz por módulos (pequenos conjuntos de aprendizagens que têm de ser alcançadas por todos) e não por disciplinas anuais; são formações abertas ao mundo e não pretendem reproduzir dentro de si os modelos fabris, industriais e antigos; são cursos inscritos em escolas que acompanham os seus alunos um a um. O sistema modular em que se organizaram os cursos profissionais correspondia a uma quádrupla aposta educativa, alicerçada numa perspetiva humanista e construtivista: (i) responsabilizar mais os alunos pelo desenvolvimento dos seus itinerários de aprendizagem e favorecer a aquisição de mais confiança e autonomia pessoal; (ii) inovar pedagogicamente, pois amplia-se imenso o campo de construção criativa de soluções flexíveis e adequadas a cada escola e curso, e a cada caso individual, mobilizando todos os recursos disponíveis, na escola e na comunidade envolvente; (iii) potenciar o sucesso educativo, pois a avaliação e a progressão escolar sustentam-se em saberes e competências adquiridos, incrementam a recuperação de quaisquer “atrasos” e evitam o arrastamento do insucesso; (iv) desenvolver nas escolas competências e ambientes pedagógicos fundamentados, autónomos, flexíveis e criativos.

Pilares do sucesso institucional do ensino profissional

Antes de se expandir o ensino profissional, motivados apenas pelo seu sucesso, importa percebermos também em que quadro

institucional é que ele foi bem-sucedido. Podemos sustentar este sucesso em cinco elementos centrais:

1. *A dimensão de cada escola e a relação pedagógica que ela potencia*: a reduzida dimensão média das escolas profissionais potenciou um acompanhamento mais personalizado de cada um dos seus alunos, apoiando-os na sua progressão escolar, no seu desenvolvimento humano e na sua inserção socioprofissional;
2. *O modelo pedagógico*: entre outros aspetos, as escolas profissionais adotaram um modelo de progressão por módulos e por ciclos de aprendizagem de três anos, modelo este mais adaptado a uma progressão exigente e contínua, com definição de tarefas claras, sequenciais e progressivas, que impede um aluno de “cair” ou “arrastar-se” num percurso de insucesso e abandonar a escola sem qualquer qualificação;
3. *O envolvimento da comunidade local*: estas escolas, de iniciativa local e comunitária, têm favorecido uma boa articulação com o contexto social e económico local, obrigando os alunos a realizar Provas de Aptidão Profissional, trabalho de projeto com que todos têm de finalizar os seus cursos;
4. *O regime de administração e gestão*: estas escolas funcionam num regime de muito mais liberdade e autonomia (p.ex. contratam os seus docentes) do que as escolas secundárias, autonomia pedagógica, administrativa e financeira a que corresponde uma maior responsabilização e uma exigência contínua em termos de prestação de contas, que é realizada imediatamente à comunidade local e mediatamente aos serviços da administração educacional;
5. *O regime de certificação*: o diploma de técnico atribuído pelas escolas profissionais confere uma

equivalência ao nível secundário (e conseqüentemente ao 12º ano) e permite a cada aluno, além de uma procura imediata de trabalho e se o pretender, candidatar-se a prosseguir os seus estudos.

Cursos profissionais nas escolas secundárias: andar acelerado e bem...

Sobre a recente criação e proliferação dos cursos profissionais nas escolas secundárias importa sublinhar alguns pontos. Bati-me pelo alargamento dos cursos profissionais aos jovens que frequentam as escolas secundárias. Se esta modalidade de formação tem mais sucesso e tem provas dadas, então porque não criar outras oportunidades para mais jovens a poderem frequentar? Mas sempre disse que esse passo teria de ser dado com o maior cuidado, pois uma escola secundária e uma escola profissional são instituições muito diferentes.

Na verdade, não é assim tão simples reproduzir, numa escola secundária, o “ethos” de uma escola profissional, desenvolvido através de um árduo trabalho ao longo de vinte anos, sendo além disso, desde a sua origem, uma instituição que nasceu muito diferente, com outra marca institucional e educacional. Alargar o ensino profissional é bom, desde que se salvaguardem as condições do seu sucesso, que são, em grande parte, institucionais. O fato faz o monge, diz o povo!

O que acontece é que o ME, desde 2005, tomando por base uma experimentação que se estava a realizar, disparou a criação destes cursos nas escolas secundárias, impondo a sua abertura a torto e a direito, em antigos liceus (que nunca deixaram culturalmente de o ser) e em escolas novas com ensino secundário e sem qualquer cultura de ensino pro-

fissional, sem qualquer programa de formação dos diretores e dos docentes, sem programa publicamente debatido e escrutinado de equipamentos e instalações para tão grande número de cursos.

Há muitas escolas secundárias que estão a fazer um bom aproveitamento desta oportunidade de ampliação das suas ofertas educativas. Mas uma grande parte está, com base nos cursos profissionais que lhes impuseram, a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Este caminho está a gerar uma nova descredibilização do ensino profissional. E isso é grave, muito grave, porque corremos o risco de estarmos a andar muito para trás.

O ensino profissional foi uma grande conquista da sociedade portuguesa, numa dinâmica ímpar de cooperação entre Estado, a iniciativa privada e o terceiro setor. Que não venham agora os apressados governos transformar uma conquista social numa derrota para todos. Espero não estarmos a assistir a mais uma “reforma destrutiva”, em vez de educativa, uma competência que o Ministério da Educação tão bem tem desenvolvido e que destrói estupidamente valor público educacional gerado por toda a sociedade.

Urge, hoje, rever com rigor a rede de ofertas, evitar sobreposições e guerras entre escolas e oferecer aos jovens cursos profissionais com qualidade, fontes de esperança num futuro melhor. ■

Espero não estarmos a assistir a mais uma “reforma destrutiva”, em vez de educativa, uma competência que o Ministério da Educação tão bem tem desenvolvido e que destrói estupidamente valor público educacional gerado por toda a sociedade.

Notas:

1 - O novo serviço central foi criado em novembro de 1988, pelo Ministro da Educação Roberto Carneiro, e chamou-se GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional. Esclareça-se, antes de mais por uma questão de transparência, que o autor deste texto foi o Diretor-Geral deste novo serviço central, durante cinco anos, e foi responsabilizado pela criação das escolas profissionais. Mais tarde, em 1992 e 1993, foi membro do Governo, também com a responsabilidade de coordenação desta área da política educativa.

(*) Artigo publicado na newsletter eletrónica do CNE: E-CNE #11 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Jan 2010)